



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 19 - dezembro de 2017

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2017i19p304-320>

Dialética da marginalidade: “Malagueta, Perus e Bacanaço”

The dialectics of marginality: “Malagueta, Perus e Bacanaço”

*Manoel Freire**

RESUMO

O submundo dos marginalizados constitui matéria privilegiada nos contos de João Antônio, cujas personagens representam indivíduos que vivem à margem do processo econômico, excluídos do mercado de consumo e privados de direitos e garantias inerentes ao cidadão comum, sobrevivendo por meio de expedientes como jogo, furto, prostituição, tráfico e outros artificios ilegais que caracterizam a malandragem. Este artigo analisa alguns modos de figuração da malandragem no conto “Malagueta, Perus e Bacanaço”, buscando entendê-la como estratégia de sobrevivência dos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: João Antônio; Literatura; Malandragem; Marginalidade

ABSTRACT

The underworld of marginalized people constitutes a privileged material in the short stories by João Antônio, whose characters represent individuals that live on the margins of the economic process, excluded from a consumerist society, deprived of rights and guarantees inherent in the ordinary citizen., thus surviving by resorting to games, theft, prostitution, drug-dealing and other illegal artifices that characterize the practice of trickery. It results in means of survival such as games, thefts, prostitutions, traffic and other illegal procedures that characterize swindling. This paper analyses the short story “Malagueta, Perus a Bacanaço”, and discusses the modes of configuration of situations of trickery, in an attempt to understand it as a survival strategy adopted by marginalized individuals.

KEYWORDS: João Antônio; Literature; Trickery; Marginality

* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Programa de Pós-graduação em Letras – Pau dos Ferros – RN – Brasil – manoelfrr@gmail.com

Nas últimas décadas, a condição marginal de populações urbanas tem sido tema recorrente no Brasil, tanto no debate acadêmico das ciências humanas quanto na literatura (mas também na música e no cinema), particularmente na prosa de ficção, em que figuram as diversas situações vivenciadas pelas personagens. O contista João Antônio, cujas narrativas se ambientam nos espaços marginais das grandes cidades (São Paulo e Rio de Janeiro), é um dos autores brasileiros contemporâneos a converter em literatura o cotidiano de populações marginalizadas. Os protagonistas de suas obras representam sujeitos que vivem à margem do processo econômico e procuram garantir a sobrevivência em ocupações e expedientes marginais: o jogo, a prostituição, o furto, o tráfico, entre outros artifícios que violam normas e preceitos que regem a sociedade.

Nos contos de João Antônio, os marginalizados surgem como verdadeiros protagonistas e, o que é mais significativo, em geral são narradores de seu próprio drama, apresentando a visão de mundo dos excluídos de um modo muito autêntico, pois narrada segundo o ponto de vista de quem vive a experiência da condição marginal, configurando aquilo que Antonio Candido (1989) chamou de *realismo feroz*, que permite “[...] aos excluídos exprimirem o teor de sua humanidade [...]”, o que “[...] é possível quando o escritor, como João Antônio, sabe esposar a intimidade, a essência daqueles que a sociedade marginaliza, pois ele faz com que existam, acima de sua triste realidade” (CANDIDO, 1999, p. 88).

Os espaços que ambientam os contos de João Antônio constituem-se a partir de um conjunto de lugares propícios a atividades marginais (salões de jogo, bares, botecos e os “moquinfos”, além das ruas desertas à noite), em que se movimentam personagens marginalizados que fazem da transgressão a arte da própria sobrevivência. O conjunto da obra apresenta grande diversidade de personagens, mas tem no “malandro” sua figura chave. Em suas narrativas, a malandragem está intimamente vinculada ao universo marginal, de modo que a experiência da marginalidade potencializa no sujeito o aprendizado da “arte da malandragem”, que figura como estratégia de sobrevivência dos marginalizados, conforme observa Durigan (1983). De modo semelhante ao que se verifica na ordem econômica oficial, no universo de João Antônio há formas de competição e exploração que definem as “normas” que regem a vida marginal, na qual as ações se articulam a partir de “[...] uma espécie de arte de sobrevivência do despossuído e do marginalizado [...]”, e no conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” constata-se que “[...] o vagabundo e o jogador impõem a sua lógica consagrando a

legitimidade de uma ética marginal que passa a dar sentido à existência, que de alguma forma se iguala à do homem comum.” (PRADO, 2004, p. 150).

O conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” é a narrativa mais longa do livro de estreia de João Antonio, *Malagueta* (1996), narrativa que dá título ao livro, é a mais extensa do conjunto e apresenta uma estrutura que destoa da forma convencional do conto, se considerarmos algumas constantes formais que, segundo Cortázar (2006), definem esse gênero, como brevidade, concentração e unidade de ação. A história narra a trajetória de três vagabundos que perambulam durante uma noite por diferentes regiões da capital paulista, com o objetivo de armar trapaças e ganhar dinheiro nas rodas de jogo, para assim aplacar a miséria que os assola: “Estavam quebrados, quebradinhos”, nos diz o narrador (ANTÔNIO, 2004, p. 155)¹. O relato é conduzido na terceira pessoa gramatical por um narrador não protagonista, mas prevalece o ponto de vista dos personagens, de forma que as situações se apresentam através de uma *onisciência seletiva múltipla*, para usar a terminologia de Friedman (2002), ou seja, segundo o ponto de vista de um ou outro personagem, ou de ambos ao mesmo tempo, conforme a situação.

Os três protagonistas dão título ao conto e, embora pertençam todos ao universo marginal, diferenciam-se por alguns aspectos que definem de certo modo a posição de cada um no grupo. A exemplo de outros personagens do escritor, Malagueta, Perus e Bacanaço identificam-se por certos traços que se revelam na experiência da marginalidade, não se sabendo seus nomes de batismo e/ou registro civil, de forma que são (re)nomeados conforme os códigos que regem a vida marginal, adquirindo uma nova identidade. Malagueta é assim denominado em função do hábito de mascar pimenta enquanto bebe doses de cachaça, o que sugere a precariedade da condição em que vive, bem como sua resistência às adversidades e situações amargas que a condição marginal impõe. O menino Perus, por sua vez, é conhecido pelo nome de sua região de origem, onde morava na companhia da tia e do amásio desta, com quem se desentendia frequentemente; o narrador nada informa a respeito de seus pais, sugerindo que não vivem mais ou que o rapaz não os conheceu, o que aponta para a desagregação da instituição familiar, assim como para a precariedade dos laços afetivos no universo marginal.

¹ Todas as citações do conto foram retiradas desta edição, de modo que, doravante, para evitar repetições desnecessárias, se indicará apenas o número da página nas citações do mesmo texto, exceto quando o contexto suscitar dúvidas.

Mais sugestivo é o nome de Bacanaço, que deriva de “bacana”, denominação recorrente nas rodas da malandragem, em geral com certa dose de ironia, pois quando usado no universo marginal o termo ganha sentido oposto ao convencional. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* apresenta, entre outras, as seguintes acepções do termo bacana: palavra que qualifica pessoas com atributos positivos, tais como: bonito; compreensivo, correto, afável, interessante; com outros sentidos, ainda com carga positiva: “indivíduo rico, que mora nas áreas nobres das cidades, de hábitos requintados, pertencente às classes altas da sociedade”; “grã-fino”, “pessoa atraente” (HOUAISS, 2004, p. 370). Considerando que o malandro quase sempre vive numa condição marginal, portanto, aquém do “homem rico e bem visto na sociedade”, o termo bacana referido a um malandro carrega certa carga de ironia, haja vista que sua condição não lhe permite igualar-se ao homem rico, de forma que ele seria uma espécie de caricatura do burguês, como sugere Cláudia Matos (1982). Desse modo, o nome de Bacanaço relaciona-se à posição que este ocupa no universo da malandragem, em que se apresenta com a pinta de bacana: bem vestido, com desenvoltura no andar e no falar, sobrepõe-se aos pobres diabos que em geral engrossam as fileiras da marginalidade, embora permaneça na condição marginal.

A posição de Bacanaço impõe respeito e sua impositação intimida o menino Perus, que o reconhece como um dos graúdos nas hostes da malandragem. Citemos as primeiras linhas do conto, um início bastante sugestivo, em que já se delineiam aspectos importantes da narrativa, que terá no jogo seu fio condutor:

O engraxate batucou na caixa mostrando que era o fim.
 Bacanaço se levantou, estirou uma nota ao menino. Os olhos dançaram no brilho dos sapatos, foram para as cortinas verdes.
 Vestido de branco, com macio rebolado, Bacanaço se chegou:
 - Olá, meu parceirinho! Está a jogo ou a passeio?
 O menino Perus encolheu-se no blusão de couro. Os dedos de Bacanaço indo, vindo, atijando. Desafiavam.
 - Está a jogo ou a passeio?
 Calado. O anelão luzia no dedo do outro e o apequenava, largava-o de olhos baixos, desenxabido. O menino Perus chutou para longe uma ponta de cigarro, arriou no banco lateral. Três dedos enfiaram-se nos cabelos. (ANTÔNIO, 2004, p. 149).

As primeiras palavras de Bacanaço são dirigidas ao companheiro, convidando-o para o jogo, mas, antes, o narrador o apresenta, realçando a identidade malandra em seus traços mais característicos: no vestir (“vestido de branco”); no ostensivo “macio rebolado”, expresso literalmente e sugerido pelo ritmo da frase; e na fala petulante de

quem se dirige ao outro com menosprezo, indicado pelo diminutivo em “meu parceirinho”. A assimetria nas relações entre os dois malandros evidencia-se pelo modo como cada um se posta em face do outro, revelando-se pelo contraste entre a humildade do adolescente e a arrogância do malandro experiente. Entretanto, embora se evidencie a autoridade de Bacanaço sobre Perus, no jogo de sinuca eram parceiros e se igualavam, o que selava as parcerias nas armações e trapaças do jogo, como nos mostra o narrador:

Avistavam-se todas as tardes, acordados há pouco ou apenas mal dormidos. Dois tacos conhecidos e um amigo do outro não pretendem desacato sério. Os desafios goram, desembocam num bom entendimento. Perus e Bacanaço, de ordinário, acabavam sócios e partiam. Então, conluídos, nem queriam saber se estavam certos ou errados. (ANTÔNIO, 2004, p. 149-150).

Bacanaço representa o malandro experiente e respeitado nas rodas de jogo e no universo da malandragem, graças à habilidade em forjar trapaças e à capacidade de contornar situações complicadas com a polícia. Bem vestido, o malandro impressiona pela boa aparência e pelo discurso persuasivo capaz de convencer os “homens da lei” e, diante do menino Perus, sua figura cresce. Este, por sua vez, embora conheça as manhas e trapaças da malandragem, considera-se “aprendiz” face ao desembaraço do outro, como se pode constatar numa passagem do conto em que o narrador apresenta Bacanaço a partir do ponto de vista do adolescente

Contava Bacanaço que sabia muito bem das coisinhas da feição [de um famoso malandro]. O menino Perus também sabia. Mas era um menino diante de Bacanaço e por isso ouvia quieto, só meneando a cabeça de acordo com tudo. Para final – Bacanaço era taco melhor, jogador maduro, ladino perigoso da caixeta, do baralho e da sinuca, moreno vistoso e mandão, malandro de mulheres. Camisa de Bacanaço era uma para cada dia. Vida arrumada. De mais a mais, Bacanaço tinha negócio com os mascates, aqueles que vendiam quinquilharias e penduricalhos nas beiradas da Lapa-de-Baixo, e era um considerado dos homens do mercado. Malandro fino, vadio de muita linha, tinha a consideração dos policiais. Andar com Bacanaço, segui-lo, ouvi-lo, servi-lo, fazer parceria, era negócio bom. (ANTÔNIO, 2004, p. 154).

Sem tirar o pé da realidade, portanto sem esquecer a própria condição, os dois vagabundos fantasiam aventuras no jogo, ao recordarem façanhas de grandes jogadores, tanto em aventuras bem-sucedidas quanto em batalhas perdidas. Ao cair da noite, Perus e Bacanaço recebem a companhia do veterano Malagueta, que se junta aos dois para

formarem o trio de vagabundos na aventura do jogo. A imagem do velho traduz a própria desgraça dos sem eira nem beira que andam na busca de venturas e expedientes para garantir a própria sobrevivência, como nos mostra o narrador, que imprime na frase o ritmo do andar cambaleante do vagabundo embriagado: “Capiongo e meio nu, como sempre meio bêbado, Malagueta apareceu. No pescoço imundo trazia amarrado um lenço de cores, descorado; da manga estropiada do paletó balançavam-se algumas tiras escuras de pano.” (ANTÔNIO, 2004, p. 158). Note-se que a ordem inversa dos termos da primeira oração, sugestivamente dividida em três partes com a mesma extensão, e separadas por vírgula, pede a leitura da frase se fora estrofe de uma canção ou poema, em que o arranjo dos termos e a combinação rítmico/sonora são fundamentais. São “três versos” de sete sílabas cada um com acento tônico na última sílaba, imprimindo na frase a cadência e o ritmo do andar do vagabundo.

Experiente, com longa estrada de malandragem e acostumado a noites de sarjeta e cadeia, ao ser provocado por Bacanaço, Malagueta procura distanciar-se para melhor avaliar a situação: “O velho se escapuliu, foi procurar o último banco do salão, o seu lugar, e sentou. Era um velho acordado e gostava de explicações. Dali tudo via, pernas cruzadas, na dissimulada, como quem não visse nada. E ali embiocado não o enxergavam bem.” (p. 159). O personagem é uma representação contundente da situação precária dos que vivem na marginalidade: velho e maltrapilho, já sem esperanças ou ilusões na vida, traduz o próprio fracasso, de modo a sugerir que mesmo aqueles mais hábeis mal conseguem sobreviver na viração das ruas. Mestre de trapanças no submundo, como os outros dois malandros, Malagueta encontra-se com fome e sem dinheiro ao menos para tomar um café, segundo o narrador. Com sua chegada completa-se o trio de viradores, que se juntam para armar trapanças e “tomar dinheiro de otários” nas rodas de sinuca, e saem a vagar à procura de ambientes de onde pudessem conseguir o dinheiro desejado e necessário. Cientes de sua própria condição de “pobres diabos”, mas sabendo que poderiam unir forças para aplacar a miséria, põem-se a imaginar façanhas:

Estavam os três quebrados, quebradinhos. Mas imaginavam marotagens, conluios, façanhas, brigas, fugas, prisões - retratos no jornal e todo o resto - safadezas, tramoias; arregos, bem arrumados com caguetes, trampolinagens, armações de jogo que lhes dariam um tufo de dinheiro; padrões caros aos quais fariam marmelo, traição; imaginavam jogos longínquos, lá pelos longes dos subúrbios, naquelas bocas do inferno nem sabidas pela polícia; principalmente

imaginavam jogos caros, parceirinhos fáceis, que deixariam falidos, de pernas para o ar. (ANTÔNIO, 2004, p.161-162).

Como na ordem oficial, no universo marginal há diferenças de condição entre os indivíduos, que se distinguem por certa hierarquia tacitamente estabelecida. A diferença entre os três protagonistas é bem marcada: o menino Perus, embora conheça bem os códigos da malandragem, por ser o mais jovem nunca se impõe, reconhece a condição de aprendiz e reconhece a autoridade dos mais experientes, daí sua obediência a Bacanaço, que atua como uma espécie de “mestre protetor”, segundo seu ponto de vista. Já Malagueta, embora mais experiente, não tem o prestígio necessário para liderar o grupo, a idade e o histórico de experiências adversas o descredenciam. Por sua vez, Bacanaço reúne as qualidades requeridas para chefiar os companheiros de malandragem, daí porque assume o comando do trio, tornando-se chefe e “patrão” dos companheiros. Sua figura resume as qualidades do malandro com autoridade para liderar outros malandros: anda bem vestido, usa adereços e joias de padrão classe média (imitação), impõe-se pela arrogância, tem habilidade no discurso e em certas situações é capaz de se entender com autoridades, contornando situações embaraçosas com policiais. “Era quem primeiro cantava de galo [...]”, informa o narrador, para então completar: “Bacanaço não olhava na cara dos desconhecidos. Impunha-se-lhes oprimindo, apequenando. Mandava primeiro, uma ruga nas sobrancelhas, sempre abespinhado. Desses que quando a conversa não interessa vão mandando para a casa do diabo.” (ANTÔNIO, 2004, p. 154).

O fato de Bacanaço entender-se com agentes do Estado sugere que, em determinadas situações, as fronteiras que separam o universo da malandragem e a ordem oficial acabam por anular-se, relativizando-se as diferenças entre a ordem e a desordem, num movimento em que os dois mundos se confundem, embora não se conciliem. No conto de João Antônio prevalece o mundo da desordem, não há propriamente dois planos, dado que os personagens são marginais que vivem do jogo e da contravenção e nele permanecem, mas em várias situações os dois mundos se encontram. Porém, não se harmonizam como ocorre nas *Memórias de um sargento de milícias*, analisado por Antonio Candido (1998). É evidente que o contexto da ficção de João Antônio seja radicalmente diferente daquele que se apresenta no romance de Manuel Antônio de Almeida, mas creio que alguns aspectos da “dialética da malandragem” permanecem atuais e ajudam a compreender as relações entre a ordem

oficial e o universo marginal em “Malagueta, Perus e Bacanaço. Porém, no conto de João Antônio, parece já não haver possibilidade de conciliação entre os dois universos, radicalmente separados pelo violento processo de exclusão social, responsável pela marginalização de parcelas cada vez maiores das grandes cidades brasileiras, o que caracteriza o que João Cesar de Castro Rocha denomina *dialética da marginalidade* (2007).

Habitados aos revezes da vida marginal, os personagens de João Antônio sabem que no mundo da marginalidade a sobrevivência depende da astúcia para vencer as batalhas e que as vitórias são provisórias. Sitiados, os três vagabundos percebem que suas vidas se equiparam na mesma condição, e que o único meio de vencer a miséria é unir as próprias forças, daí por que fazem um acordo e partem à busca de aventuras nas “bocas do inferno”, como são denominados pelo narrador os ambientes do jogo. O pacto é firmado pelos três malandros de modo que Bacanaço, na condição de patrão, financia as partidas em que Malagueta e Perus jogam de combinada, armando trapaças e marmeladas.

Firmado o acordo, os três companheiros saem da Lapa em direção a Água Branca e chegam ao “Joana D’arc”, onde “[...] corria a roda do jogo da vida, o joguinho mais ladrão de quantos há na sinuca [...]” (ANTÔNIO, 2004, p. 164), segundo o narrador, que exprime o ponto de vista dos marginais. O pacto consiste em que a função de Malagueta é obstruir o jogo dos demais e facilitar “a vida” do Menino Perus, de modo a fazer este vencer as partidas. Habilidade no manuseio do taco e protegido por Malagueta (mestre de trapaças e “amarrador de jogo”), Perus vence todas as partidas, para a satisfação de Bacanaço, que vê no jogo negócio rendoso. Malandro dos malandros, Bacanaço compreende o espírito que anima o corpo maltratado dos vagabundos, que embora recuse a ética do trabalho que explora os “otários” (os que sobrevivem do trabalho honesto), submete-se ao regime de exploração que impera no universo marginal, em que se reafirmam as formas de opressão da ordem oficial. Sob esse aspecto, é sugestiva uma passagem da narrativa em que se evidencia a ética marginal da exploração:

Bacanaço sorria. Negócio bom era ser patrão dos dois. Aqueles não tropicavam, tinham fome, iam, firmes, e sofredor desempregado dá tudo o que sabe no quente do jogo. Firma a tacada, se mexe como piranha atenta, quer morder. E beliscava porque vai com juízo. Bacanaço examinava o anelão como se quisesse nada. Chegava-se à

mesa, estendia o maço de cigarros para Malagueta. (ANTÔNIO, 2004, p. 170).

Aqui o malandro Bacanaço apresenta-se como explorador dos companheiros, pois compra sua “mão de obra”, pagando-lhes um valor inferior ao resultado do trabalho, de modo a reproduzir na ordem marginal a exploração capitalista, o que sugere uma estreita relação entre a lógica da exploração capitalista (portanto, da ordem oficial) e a ética marginal da malandragem, de forma que esses dois mundos, embora econômica e socialmente distantes, no plano da ética e dos valores, acabam por se aproximar, diluindo-se, desse modo, as fronteiras que supostamente os separam.

Até o momento em que não desperta desconfiança nos demais jogadores, a armação dos três malandros é vantajosa, mas, como todo malandro é potencialmente um otário, segundo a ética da malandragem, e “Este mundo não tem malandro completo [...]”, como dirá outro narrador de João Antônio (2003, p. 155), o experiente Malagueta vacila e deixa entrever a marmelada, tropeço que desencadeia a sucessão de fatos que resultarão no patético desfecho do conluio. Ironicamente, o jogador que percebe a trapaça dos três malandros é um policial aposentado, frequentador assíduo do ambiente do jogo. A presença do policial na roda do jogo é bastante significativa no contexto da narrativa de João Antônio, pois configura o encontro dos dois mundos, relativizando, assim, a distância entre a ética do submundo da malandragem e a que rege a ordem oficial. Ao perceber a armação, o velho oficial aposentado chama a atenção dos companheiros através de um discurso que mescla a fala do malandro com a do policial, sugerindo a aproximação dos dois mundos também no plano da linguagem: “Lima balançou o indicador no ar e mudou o tom daquela roda [...]”, nos diz o narrador, para logo dar voz ao personagem: “Botem fé no que eu digo qu’eu não sou trouxa não e nessa canoa não viajo. Tá muito amarrado o seu jogo, seu velho cara-de-pau”, esbraveja o oficial, para depois ameaçar: “Botem fé. Eu pego marmelo neste jogo, arrumo uma cadeia pros dois safados” (ANTÔNIO, 2004, p. 172).

É sugestivo o modo como o narrador caracteriza o ex-policial, cuja presença constante no ambiente degradado do jogo e o desleixo pessoal com que se apresenta atuam como elementos que desabonam a ordem oficial, na medida em que esta se põe no mesmo nível da marginalidade. Na figura do inspetor, os dois mundos se encontram e se misturam:

O velho inspetor Lima, gordo polícia aposentado, era o dono daquela roda, conhecedor de muitas manhas de Malagueta, que vezes intensas se bateram no joguinho nos muquifos quentes da Lapa-debaixo. Lima, tira aposentado...

Lima, tira aposentado, vivia nas rodas do joguinho e, por último, comparecia ao Joana D'Arc e ali se encafuava enquanto o jogo durasse. Às vezes, do quarto da Água Branca onde morava só, saía mesmo de pijama ali pelas duas da tarde e se enfiava no muquifo. Ali jogava, ali jantava sanduíches, ali mesmo ficava, plantado feito um dois de paus, os chinelos rodando, ganhando as malícias das mesas, representando uma verdade – o joguinho se aprende jogando, tudo o mais é ilusão, engano, embandeiramento, onda de otário. (ANTÔNIO, 2004, p. 166).

Percebida e denunciada a trapaça, o plano dos três malandros caminha para o fracasso. A divisão dos ganhos faz-se conforme o estabelecido no acordo, ou seja, a maior parte cabe a Bacanaço, “o patrão”: “Do lado de lá da rua, quase em cima dos trilhos do bonde, o carro freou e os apanhou. Bacanaço meteu-se no banco dianteiro. Contou, demorou, distribuiu [...]”, mostrando para os companheiros que a maior parte lhe pertencia: “– O que é meu – e apontou a parte mais gorda: Três mil e quinhentos cruzeiros, era a parcela do patrão. O resto era trato. Malagueta ganhou dois contos e Perus, outros dois. Receberam”. (ANTÔNIO, 2004, 174-75). A atitude de Perus e Malagueta ao receberem o pagamento indica certo grau de insatisfação por lhes tocar a menor parte, um sentimento abafado de injustiça, sugerido pela segura do verbo “Receberam” sem qualquer modalizador ou complemento, como o trabalhador que se sente explorador e impotente para reivindicar seus direitos (ANTÔNIO, 2004, p. 174-75).

Entre outras coisas, o conto de João Antônio nos mostra que, apesar de ser um universo à margem, o mundo da malandragem não está nitidamente separado da ordem vigente na sociedade burguesa, e mesmo tendo regras próprias, sua forma de organização segue de perto as normas que regulam a ordem oficial. Assim, evidencia-se na relação entre Malagueta, Perus e Bacanaço uma hierarquia na divisão social do trabalho, em que o trabalhador vende sua mão de obra a um patrão que lhe paga um salário, de modo que a maior fatia dos lucros vai para o patrão, dono do capital, reproduzindo-se no universo da marginalidade a exploração vigente na ordem capitalista. Dessa forma, a narrativa configura certa dialética entre o universo da marginalidade e o mundo oficial, que se misturam com frequência, sobretudo naquilo que os dois têm de mais negativo.

O confronto de suas vidas com a situação dos mais abonados na sociedade alimenta nos personagens o sentimento da exclusão e a consciência da precariedade de sua condição. Sob esse aspecto, é sugestiva uma parte do conto que narra a passagem dos três vagabundos por uma região habitada por famílias economicamente favorecidas, circunstância que promove a percepção das diferenças que os separam de quem tem boa condição econômica. Embora Malagueta, Perus e Bacanaço permaneçam em silêncio, o narrador assume o seu ponto de vista e nos revela o sentimento que os afeta ao perceberem o contraste. Porém, diferentemente do que se poderia esperar, a atitude dos três párias não é de revolta ostensiva face à situação humilhante a que estão expostos, mas de uma espécie de “melancolia do fracassado”, o qual olha para sua condição com um sentimento ambíguo de quem se sabe injustiçado, mas também se vê cúmplice da própria exclusão, como se a marginalidade não lhes fosse um destino irrevogável. “Mas era uma noite de sábado e houve outros lados por onde passaram, apequenados e tristes [...]”, registra o narrador, para, em seguida, pôr em cena os que não têm motivo para tristezas:

Com suas ruas limpas e iluminadas e carros de preço e namorando-se, roupas todo-dia domingueiras aquela gente bem dormida, bem vestida e tranquila dos lados bons das residências da Água Branca e dos começos das Perdizes. Moços passavam sorrindo, fortes e limpos, nos bate-papos da noite quente. Quando em quando, saltitava o bulício dos meninos com patins, bicicletas, brinquedos caros e coloridos. (ANTÔNIO, 2004, p. 177-178).

O contraste se aprofunda na subjetividade dos três companheiros, despertando-lhes o sentimento da exclusão e a consciência de que são apenas “três vagabundos”, destituídos de recursos ou ocupação estável, e a depender de trapaças e artimanhas que lhes garantam a sobrevivência, e que frequentemente os levam à cadeia. Sob esse aspecto, chega a ser comovente o modo como o narrador traduz o sentimento dos três sofrendores, revelando assim a humanidade que emerge da situação humilhante:

Aqueles viviam. Malagueta, Perus e Bacanaço, ali descontraídos. O movimento e o rumor os machucavam, os tocavam dali. Não pertenciam àquela gente banhada e distraída, ali se embaraçavam. Eram três vagabundos, viradores, sem eira, nem beira. Sofrendores. Se gramassem atrás do dinheiro, indo e vindo e rebolando, se enfrentassem o fogo do joguinho, se evoluíssem malandragens, se encarassem a polícia e a abastecessem, se se atilassem, teriam o de comer e o de vestir no dia seguinte; se dessem azar, se tropicassem nas

variações, ninguém lhes daria a mínima colher de chá – curtissem sono e fome e cadeia. (ANTÔNIO, 2004, p. 178).

Portanto, o confronto com o mundo dos ricos desperta nos párias o sentimento da exclusão, bem como a consciência da precariedade de suas vidas e dos mecanismos que reproduzem as desigualdades. A esse respeito, chama atenção a referência às crianças de famílias economicamente favorecidas, que não passam privação nem precisam abandonar a escola para buscar a sobrevivência na viração das ruas, o que lhes garante no futuro uma vida digna. Aqui, a relação entre pobreza e marginalidade é fortemente sugerida pelo narrador, ao dar voz ao sentimento dos personagens, que sabem quando e como começa a marginalidade: “Aqueles tinham a vida ganha. E seus meninos não precisavam engraxar sapatos nas praças e nas esquinas, lavar carros, vender flores, vender amendoim, vender jornal, pente, o diabo... depender da graça do povo na rua passando”. E assim, “[...] quando homens, não surrupiariam carteiras nas conduções cheias, nem fugiriam dos quartéis, não suariam o joguinho nas bocas do inferno, nem precisariam caftinar se unindo a prostitutas que os cuidassem e lhes dessem algum dinheiro”, conclui o narrador (ANTÔNIO, 2004, p. 178).

Após a humilhação que sofrem ao confrontarem sua condição com as famílias abonadas, os três vagabundos continuam o itinerário e param na Barra Funda, em um bar com o sugestivo nome “Paratodos”, onde se deparam com Silverinha, o policial corrupto que se vale da função que exerce para extorquir os malandros. Como atividade paralela às suas funções na polícia, frequenta sorrateiramente as salas de jogo, onde cobra o “imposto”, quantia em dinheiro que os jogadores se obrigam a pagar, sob humilhações e ameaças de prisão. O encontro com o tira corrupto reforça a “onda de azar” que acomete os três personagens após serem flagrados armando trapaças e denunciados por Lima, o policial aposentado. Ao entrarem os três vagabundos no “Paratodos”, encontram Silverinha, já à espera de suas presas (“Piranha esperava comida”, sugere o narrador), que logo os aborda, intimando Perus, o mais jovem, portanto mais vulnerável: “– Vem cá, moleque!”. O desprante do policial ao abordar o garoto não deixa dúvidas quanto à face corrupta da polícia, revelando que o abuso de poder não encontra limites quando as vítimas são os despossuídos, sobre quem recai a violência policial.

O episódio é um dos mais tensos da narrativa e apresenta alguns aspectos significativos no contexto da ficção de João Antônio, evidenciando a dialética que

envolve o universo marginal e a ordem estabelecida. Aqui, a atividade ilegal é praticada pelo policial, representante da ordem oficial, de modo que se misturam os dois mundos, o dos marginais e o dos homens que zelam pela ordem oficial. A violência arbitrária da autoridade na execução de uma operação clandestina expõe a face corrupta do Estado, como também a precariedade da situação dos párias, que em sua condição nada podem fazer contra o algoz, haja vista que são apenas “três vagabundos” (eles mesmos fazem essa consideração) e vivem de trapanças e expedientes tão ilegais quanto aquele praticado pelo tira corrupto. A consciência de sua condição marginal abafa nos personagens a própria revolta face à humilhação imposta pelo agente da ordem, conforme nos mostra o narrador, que dá voz ao sentimento de Bacanaço:

A aperreção sobre o menino já fora bem longe do que devia, era uma folga. Assim faziam os homens da lei quando exigiam. Machucavam à vontade, satisfaziavam-se, as aporriinhações só vagabundo sabe. Sim. Se a gente sair por aí contando como é o riscado da vida de um sofredor, os trouxas, com suas vidas mansas, provavelmente dirão que é choradeira. Sim. E quando se manda um danado e folgado daqueles para a casa do diabo, metendo-lhe com fé uma ferrada nos cornos, uma cortada na cara ou um tiro no meio da caixa do pensamento, o inferno a coisa enfeia muito, vai-se dar com o lombo na casa de detenção. E são abusados e tem apetite de aproveitadores. São piranhas esperando comida. Pisando o menino, azucrinado, tentando surrupiar o menino. Os tais da lei... encarou Silveirinha, a raiva arranhava. (ANTÔNIO, 2004, p. 193).

Visceralmente ligado ao submundo, João Antônio conhece por dentro a vida marginal, daí porque, em geral, suas narrativas expressam a visão de mundo dos marginalizados, o que se verifica no episódio, em que, ao realçar a imagem negativa do policial, o narrador assume o ponto de vista dos vagabundos: “O negro chamando, apoiado no balcão. De branco, pele brilhando, chapéu de preço, cara redonda, enorme, onde um riso debochado se escarrapachava.” (ANTÔNIO, 2004, p. 190). Curiosamente, na figura de Silveirinha encontram-se alguns elementos que caracterizam ética e esteticamente a identidade do malandro, tais como: terno branco, chapéu, riso debochado etc., semelhança que aparece também nas atitudes e na própria linguagem, sugerindo que o policial não é mais do que um malandro investido do poder do Estado, pois adota o *modus operandi* marginal ao praticar atividades ilegais.

Face à timidez de Perus, que em sua condição nada poderia fazer, cresce a truculência do policial: “Azucrinava, exigia, demorava-se no exame do menino [...]”,

ciente de que nada podia um vagabundo contra o agente da ordem oficial e autoritária: “Ali, cantava de galo, dava cartas, jogava de mão, mexia e remexia, a condição de mando era sua. Infeliz algum abria o bico” (ANTÔNIO, 2004, p. 191), nos diz o narrador, que por meio de frases curtas e diretas, com verbos que se sucedem gradativamente, sugere a intensificação da ação opressora do policial sobre o adolescente. Solidário, o velho Malagueta sente pelas humilhações do menino: “Malagueta se continha mal e mal. A perturbação que o menino sofria era muito comprida, larga a pesada. Uma purgação do capeta [...]” (ANTÔNIO, 2004, p. 194), lamenta o personagem, que, entretanto, acreditava que tudo se resolveria com a intervenção de Bacanaço, que sanaria a situação com algum dinheiro e o bom discurso, haja vista que o policial era igualmente um malandro. “Malagueta acompanhava. Aquela zombaria e aquela humilhação eram suas conhecidas. Necessário dinheiro para tapar e a boa conversa de Bacanaço, conhecido dos homens da polícia. Malandro de sua classe sempre contorna esbregue com os homens da lei”. Sabia Malagueta que “[...] Bacanaço não trairia, aguentaria o repuxo, iria contemporizar. Nem o menino pegaria xadrez por falta de um entendimento. Aquilo era um conluio, um ali era do outro, diferença não haveria” (ANTÔNIO, 2004, p. 191-192), o que se confirma adiante, ao consumir-se o entendimento entre o malandro e o policial. “O menino é gente minha – sorriu, maneiro, mais pedia que falava. – Podemos conversar, chefe?”, intervém Bacanaço. O tira aproveita a atitude (e a condição) subalterna do vagabundo e impõe-se: “– De boas falas é que eu gosto, Bacana. Por isso lhe considero – abriu-se no riso gozoso. – Você é meu Bacana”, demonstrando assim, pela atitude e pelo discurso, a semelhança com o malandro. Dono da situação, Silverinha impõe sua autoridade para extorquir os vagabundos: “Pedi bebida com desprante, indicou o tamborete, sentaram-se como iguais. Como colegas”, enfatiza a frase curta e direta do narrador, que logo em seguida evidencia a semelhança entre o malandro e policial: “O malandro e o tira eram bem semelhantes – dois bem-ajambrados, ambos os sapatos brilhavam, mesmo rebolado macio na fala e quem visse e não soubesse, saber não saberia quem ali era polícia, quem ali era malandro. Neles tudo sintonizava”. (ANTÔNIO, 2004, p. 196).

Ao perderem o jogo (literalmente) para o policial corrupto, os três companheiros continuam seu itinerário, agora mais abatidos, porém, sem externar expressão de revolta, olhando um para o outro e cada um guardando consigo a opressão interior, como se aquele desfecho fosse tacitamente admitido. A extorsão praticada por Silverinha lhes dói como uma “porrada”, não só porque tira parte do dinheiro ganho no

jogo, mas sobretudo porque os faz perceber a precariedade da própria condição, sujeitos a humilhações de toda ordem sem poder reagir, pois eram apenas “três vagabundos”, como enfatiza o narrador ao dar voz ao sentimento dos párias, que levam “Uma carga humilhada nos corpos, uma raiva trancada, a moral abaixo de zero. Secos, apenas se olhavam, quando em quando, sem reclamações [...]”, porque tinham consciência de que nada podiam: “Fazer o quê? Eram três vagabundos e iam.” (ANTÔNIO, 2004, p. 197).

Sem palavras para expressar a própria dor, os párias comunicam o sentimento pelo olhar, que exprime de modo eloquente sua cumplicidade na condição marginal: “Os olhares dos três se acharam e Malagueta, Perus e Bacanaço pararam minutos. O silêncio agora pesava, os três olhavam-se, com pena, palavra nenhuma [...]”, mas havia em cada um deles “[...] um padecimento, doía, arrasava [...]” (ANTÔNIO, 2004, p. 197-198). A dor da humilhação faz emergir a dignidade dos vagabundos, muitas vezes abafada pelas “ações indignas” requisitadas pelo cotidiano dos que vivem na marginalidade. Mais do que o prejuízo causado pelo encontro com o policial, o que os faz sofrer é a consciência de sua condição de desvalidos:

Não era exatamente o dinheiro. Quinhentos cruzeiros não machucam quem se atira a partidas de até dois contos ou atravessa dias sem comer, combatendo em volta da mesa. Dinheiro é do jogo e para o jogo – donde vem e para onde vai. O sofrimento não era pequeno não. Seu tamanho não era o da nota de quinhentos. O que doía era sofrerem uma apoquentação e não poderem malhar o abusado que os vomitara. (ANTÔNIO, 2004, p. 198).

Humilhados e ofendidos em sua condição, os três personagens seguem à procura de jogo, e depois de vagarem por ruas desertas resolvem partir para Pinheiros, aonde chegam pela alta madrugada, quando travariam a última batalha. Enquanto ensaiam jogadas entre si para entreter o tempo, surge no salão Robertinho, em quem Bacanaço enxerga a possibilidade de recuperar o dinheiro extorquido pelo policial. Sujeito pequeno e discreto, com aparência de otário aos olhos de Bacanaço, na verdade Robertinho é um fino malandro e artista do taco, que o menino Perus conhecia, porém, não podia avisar aos companheiros e assim evitar o desastre. “O homem era Robertinho, dos maiores tacos de Pinheiros, um embocador, fino dissimulador de jogo [...]”, registra o narrador ao dar voz ao sentimento de Perus (ANTÔNIO, 2004, p. 215). Robertinho aproxima-se de Bacanaço, que o convida para o jogo, confronto que seria fatal para este. Mas a malandragem tem sua ética e malandro “digno” do nome não dedura outro, de

forma que Perus silencia, nada podendo fazer para evitar a desgraça do companheiro e a sua própria. Robertinho levaria o dinheiro dos três sócios e os deixaria sem nada, exatamente como iniciaram a aventura do jogo:

Em pensamento, Perus pedia a Bacanaço, não marcasse jogo. Robertinho, um bárbaro, piranha manhosa e o pior – escondia jogo. Se quisesse, bolava um plano, passava duas três horas perdendo, malandro de capital, que era. Depois, mordida, dobrava paradas, ia à forra – largava o parceirinho falando sozinho, sem saber por que perdera. Bacanaço e Malagueta o desconheciam, aquilo era um esbregue que o mulato ia arrumar. (ANTÔNIO, 2004, p. 215-16).

O encontro com Robertinho, para quem Bacanaço perde todo o dinheiro que os três ganharam, marca o fim da aventura dos três vagabundos que, humilhados, terminam o itinerário no ponto onde começaram. O percurso dos três malandros desenha a circularidade de suas próprias vidas, que giram em torno de expedientes que se repetem cotidianamente, fechando o ciclo da malandragem, que oscila entre o ganhar e o perder no jogo, voltando sempre ao mesmo ponto de partida. Dessa forma, os três vagabundos retornam ao lugar de onde partiram e nas mesmas condições, como registra o narrador: “A curriola formada no velho Celestino contava casos que lembravam nomes de parceirinhos. Falou-se que naquela manhã por ali passaram três malandros, murchos, sonados, pedindo três cafés fiados” (ANTÔNIO, 2004, p. 222), fechando o círculo da malandragem, de forma que se finda o percurso, cada um digerindo o próprio fracasso, cumprindo, assim, o destino da maioria dos malandros, que só provisoriamente superam a condição precária da vida marginal.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, J. *Dedo duro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BOSI, A. Um boêmio entre duas cidades. In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 238-243.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: _____. *O discurso e a cidade*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998, p. 19-54.

_____. Na noite enxovalhada. *Remate de males*. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, n. 19, Campinas, 1999, p. 83-88.

CORTÁZAR, J. Alguns aspectos do conto. _____. In: *Valise de cronópio*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 147-163.

DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DURIGAN, J. A. João Antônio e a ciranda da malandragem. In: SCHWARZ, R. (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 214-218.

FRIEDMAN, N. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Trad. Fábio Fonseca de Melo. *Revista USP*, São Paulo, n 53, p. 166-182, 2002. Disponível em: [<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195/35933>]. Acesso em: 06 set. 2017.

LUCAS, F. Reflexões sobre a prosa de João Antônio. *Remate de Males*. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, n. 19, Campinas, 1999, p. 89-103.

MATOS, C. N. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PRADO, A. A. Lima Barreto personagem de João Antônio. In: _____. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 241-256.

SCHWARZ, R. (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROCHA, C. C. A guerra dos relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a “dialética da marginalidade”. *Letras UFSM*, Santa Maria/RS, n 32, p. 23-70, 2007. Disponível em: [<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11909/7330>]. Acesso em: 26 jul. 2017.

Data de submissão: 28/08/2016

Data de aprovação: 24/03/2017